

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO .a)	Número	/x (Expeça-se
				Publique-se
				/ /
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA .a)	Número	/x (O Secretário da Mesa

Assunto: Perigo de derrocada do edifício onde está instalado o Tribunal Judicial da Comarca de Valongo

Destinatário: Ministério da Justiça

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 29 de Janeiro o Bloco de Esquerda questionou o Ministério da Justiça sobre a situação do “Campus de Justiça” de Valongo, denunciando as “condições inadmissíveis” em que funciona o actual tribunal de Valongo.

Entretanto, o BE teve conhecimento de um relatório de uma peritagem requerida pela Câmara Municipal de Valongo sobre “As Condições de Segurança do Edifício do Tribunal”, Neste relatório revela-se a existência de “fissuras que indiciam cedência da laje sob acção das cargas do segundo andar”. Este edifício não reúne, portanto, as condições mínimas de segurança, estando em perigo de derrocada.

Este episódio reforça a necessidade da construção de um espaço próprio e adequado para o tribunal de Valongo! Lembramos que o actual espaço onde está instalado o Tribunal é um prédio habitacional, cuja renda mensal custa 10.000€ ao Ministério da Justiça.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, requer-se ao Senhor Ministro da Justiça, e com máxima urgência, os seguintes esclarecimentos:

- 1. Tem V. Excelência conhecimento desta situação de perigo iminente?**
- 2. Que medidas imediatas pretende aplicar para salvaguardar a segurança de quem trabalha e de quem utiliza o Tribunal de Valongo?**
- 3. Tornando-se cada vez mais imperativo o arranque da construção de um novo tribunal, que medidas serão tomadas pelo Ministério da Justiça para acelerar a situação?**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4. Tendo em conta que a falta de condições de segurança encontrada no actual edifício exigem uma procura imediata de um outro local para o funcionamento do tribunal, que medidas já foram tomadas ou pretende tomar?

Palácio de São Bento, 13 de Fevereiro de 2009

A Deputada

Helena Pinto
